



JUSTIÇA

Direção-Geral da Política de Justiça

Aviso n.º 20340/2019

Sumário: Recrutamento de um técnico superior (m/f), para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria, na Divisão de Gestão de Recursos Materiais e Financeiros da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

Recrutamento de 1 Técnico Superior (m/f), para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria, na Divisão de Gestão de Recursos Materiais e Financeiros da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça

Torna-se público que, a Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça pretende recrutar 1 Técnico Superior (m/f), com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, para o exercício de funções, em regime de mobilidade na categoria, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, de acordo com os requisitos, caracterização e perfil a seguir discriminados:

I — Requisitos de admissão:

- a) Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- b) Ser detentor da carreira/categoria de Técnico Superior.

II — Caracterização do posto de trabalho a ocupar: 1 Técnico Superior — área da contratação pública — Divisão de Gestão de Recursos Materiais e Financeiros, conforme competências definidas no Despacho n.º 4128/2015, de 24 de abril, do diretor-geral da DGPJ.

III — Perfil pretendido:

- a) Ser detentor da Licenciatura em Direito;
- b) Experiência e sólidos conhecimentos na área da contratação pública;
- c) Experiência e sólidos conhecimentos no âmbito dos procedimentos administrativos prévios à tomada da decisão de contratar e na interação com plataformas eletrónicas de contratação pública.

IV — Requisitos preferenciais:

- a) Experiência no lançamento de procedimentos de contratação pública de bens e serviços;
- b) Executar tarefas na plataforma eletrónica de contratação pública;
- c) Gerir contratos, validar documentos, controlar prazos e elaborar propostas de contratação;
- d) Submeter procedimentos de formalização e execução de contratos no Portal Base;
- e) Elaborar informações e emitir pareceres em matéria de contratação pública.

V — Local de trabalho:

Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, sita na Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/3, Campus de Justiça, 1990-097 Lisboa.

VI — Prazo e forma de apresentação de candidaturas:

Os interessados deverão, no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente Aviso, enviar requerimento com a menção expressa da modalidade de relação jurídica que detém, da carreira/categoria, da posição e nível remuneratórios, e o respetivo montante remuneratório,



acompanhado de *Curriculum Vitae* atualizado, datado e assinado, mencionando como referência/ assunto “Recrutamento por mobilidade”, dirigido a:

Diretor-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça
(procedimento de recrutamento — Divisão de Gestão de Recursos Materiais e Financeiros)
correio@dgpj.mj.pt

VII — Métodos de Seleção:

A seleção dos candidatos será efetuada com base na análise curricular, podendo ser complementada com uma eventual entrevista profissional de seleção.

A referida análise curricular tem carácter eliminatório e apenas os candidatos pré-selecionados serão contactados para a realização da referida entrevista profissional de seleção.

Mais esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone 21 7924000/Divisão de Gestão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

24 de outubro de 2019. — O Diretor-Geral, *Miguel Romão*.

312772845